

RASTREABILIDADE

Rumos para uma ampla adoção



Relatório de resultados do
Grupo de Trabalho de Rastreabilidade

2022



GTPS
Grupo de trabalho da
pecuária sustentável

SUMÁRIO

Resumo executivo	03
1. Introdução.....	04
2. Plano de trabalho	05
3. Entregas	06
3.1 Arcabouço de perguntas e respostas, estudos de caso e iniciativas	06
3.2 Posicionamentos.....	13
3.2.1 Uso da GTA para a rastreabilidade	14
3.2.2 Uso do Sisbov para a rastreabilidade.....	15
3.2.3 Uso do <i>blockchain</i> para a rastreabilidade	16
3.3 Apresentação e endereçamento das estratégias definidas.....	17
4. Discussão	17
4.1 Aprofundamento e seleção das necessidades prioritárias do GT 2021	18
4.2. Construção de posicionamentos do GT referente aos itens selecionados.....	19
4.3. Estratégias endereçadas aos receptores.....	20
5. Considerações finais	21
6. Agradecimentos	22

RESUMO EXECUTIVO

A Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável (GTPS) realizou séries de reuniões para discutir temas relacionados à sustentabilidade da pecuária, como o Sistema Oficial de Identificação Individual de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), o uso da Guia de Trânsito Animal (GTA) e o *blockchain* para fins de rastreabilidade. O Grupo de Trabalho (GT) de Rastreabilidade contou com a participação das seis categorias que compõem a organização: produtores rurais, insumos e serviços, indústrias, varejos e restaurante, instituições financeiras, e sociedade civil.

- Aprofundar o conhecimento sobre as necessidades prioritárias identificadas no GT de 2021;
- Construir um posicionamento do GT referente aos itens priorizados;
- Apresentar e endereçar as estratégias definidas.

No decorrer do processo foram realizadas entrevistas com especialistas, estudos de caso, identificação dos entraves e potencializadores para as três pautas relacionadas à rastreabilidade, discussão do que é negociável ou inegociável para cada categoria para a construção de posicionamentos do grupo.

Após as discussões, o grupo elaborou um documento de posicionamento em relação ao Sisbov e ao uso da GTA para a rastreabilidade. Foram consideradas as condições de cada categoria no posicionamento para contemplar as necessidades de cada elo, pensando em um processo de melhoria contínua. Dentre as considerações do grupo, é consenso entre todos os elos da cadeia produtiva a necessidade da criação de um sistema único de identificação individual de bovinos.

Já questões relativas à GTA, um dos temas mais discutidos dentro da cadeia pecuária bovina, o GT entende a necessidade de avaliar de forma crítica as vantagens e desvantagens de seu uso como documento de rastreabilidade e recomenda a realização de estudos conduzidos por entidade isenta e de comprovado conhecimento da cadeia produtiva para avaliação.

O principal objetivo deste documento é apresentar as principais considerações do grupo a respeito desses temas e propor diretrizes para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável no Brasil.

1 | INTRODUÇÃO

O GTPS, a Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável, é uma entidade sem fins lucrativos criada em 2007 pela reunião de representantes dos elos Produtores Rurais, Insumos e Serviços, Indústrias, Varejos e Restaurantes, Instituições Financeiras e Sociedade Civil. O Grupo tem como missão promover o desenvolvimento da pecuária sustentável por meio da articulação da cadeia, melhoria contínua e disseminação de informação.

Além de desenvolver ferramentas práticas para a evolução do tema e aplicáveis ao cenário brasileiro, o GTPS atua na condução de grupos de trabalho permeados pela discussão multissetorial e cujo objetivo é chegar a acordos e entendimentos sobre temas divergentes e de interesse do setor, com base no diálogo entre todos os atores da cadeia produtiva em um sistema colaborativo e de participação igualitária.

Com o propósito “**Direcionamentos para ampla adoção da rastreabilidade na cadeia da pecuária endereçados**”, em março de 2022 foi dado início ao segundo ciclo do Grupo de Trabalho de Rastreabilidade, sob coordenação de Floriano Varejão, CEO da Databoi. O segundo ciclo do GT é uma sequência do trabalho realizado no primeiro ciclo, em 2021, onde foram identificados gargalos e temas críticos referentes à rastreabilidade no Brasil. O GT de Rastreabilidade de 2022 teve como objetivo aprofundar os temas identificados no ciclo de 2021 e propor estratégias e recomendações para a solução dos gargalos identificados.

Neste ciclo, o GT contou com a participação de **47 representantes**, sendo sete da categoria de produtores rurais, 13 de empresas de insumos e serviços, 12 da indústria, dois de instituições financeiras, cinco de varejos e restaurantes e oito da sociedade civil. Juntos, eles somaram **32 instituições**, além da participação de **oito especialistas**. As instituições e especialistas estão listados ao final deste relatório como forma de agradecimento pela colaboração e dedicação na execução das atividades propostas. **O resultado desse trabalho será apresentado a seguir.**

2 | PLANO DE TRABALHO

A partir da aprovação em Conselho Diretor do propósito e das responsabilidades do GT, foi elaborado um plano de trabalho composto por atividades divididas em três etapas:

01

Aprofundar a discussão sobre as necessidades prioritárias identificadas no GT de 2021

- › Rodadas de perguntas e respostas sobre as necessidades prioritárias identificadas;
- › Identificação das principais dúvidas e especialistas-chave para respondê-las;
- › Rodadas de entrevistas roteirizadas com especialistas-chave;
- › Lista de pelo menos um estudo de caso dentro de cada contexto;
- › Inserção de iniciativas do tema no Mapa de Iniciativas da Pecuária Sustentável (MIPS).

02

Construir um posicionamento do GT referente aos itens selecionados

- › Identificação e filtragem dos principais entraves e potencializadores baseados nos estudos de caso;
- › Construção e validação de posicionamento para cada entrave e potencializador.

03

Apresentar e endereçar as estratégias definidas

- › Classificação dos tipos de estratégias que poderão ser elaboradas, alinhadas com as frentes de atuação do GTPS (exemplos: harmonização de protocolos, assinatura de compromissos, implantação de estudos de caso);
- › Estabelecimento de uma estratégia inicial, consistente e segura para cada um dos entraves e potencializadores levantados, com base nos posicionamentos;
- › Apresentação e endereçamento das estratégias dentro da estrutura do GTPS;
- › Definição da apresentação das estratégias desenhadas para seus respectivos receptores.

Para a execução das atividades propostas foram utilizadas ferramentas colaborativas de ação simultânea e os participantes, quando necessário, foram divididos em subgrupos para discussão setorizada. **Ao todo foram, ao menos, 18 horas de trabalho, durante 12 reuniões entre o período de março a dezembro de 2022.**

3 | ENTREGAS

3.1 Arcabouço de perguntas e respostas, estudos de caso e iniciativas

Durante o GT de Rastreabilidade de 2021 foi elaborado um [mapa conceitual](#) com a identificação de 22 necessidades de ação para destravar a organização da rastreabilidade completa na cadeia. As necessidades foram priorizadas de acordo com a demanda de cada categoria por meio da identificação dos temas mais importantes, consolidando seis necessidades prioritárias.

Foi constatado que para tratar o item “Estabelecer um sistema que garanta segurança na transação de dados entre os diferentes elos do setor produtivo” das necessidades vinculadas ao setor produtivo seria necessário maior maturidade da cadeia, principalmente do próprio setor, e, por se tratar de um desdobramento, não foi abordada diretamente no GT de 2022. Desse modo, restaram cinco necessidades para serem processadas pelo grupo.

Partindo do resultado do GT de 2021, o GT de Rastreabilidade de 2022 iniciou os trabalhos levantando questionamentos para as cinco necessidades identificadas previamente com o objetivo de construir um posicionamento do grupo e a estratégia para cada uma.

Cinco necessidades prioritárias para a adoção da rastreabilidade completa na cadeia:

- 01 Adotar ferramentas de gestão e rastreabilidade pelos produtores;
- 02 Criar incentivos ao setor produtivo por parte da cadeia da carne. Promover a tecnificação e o aumento da produtividade;
- 03 Segregar as informações necessárias da GTA para a rastreabilidade socioambiental;
- 04 Ter acesso às informações da origem do gado;
- 05 Padronizar compromissos e procedimentos para todos os elos da cadeia de fornecimento.

Para compreender quais eram os principais questionamentos do grupo em relação às necessidades prioritárias, foi realizada uma dinâmica onde 22 questionamentos foram gerados.

Os questionamentos foram priorizados por votação para serem discutidos, respondidos e utilizados como base para a construção dos posicionamentos, sendo eles:

- 01 O uso de GTA para fins de rastreabilidade;
- 02 O funcionamento do Sisbov;
- 03 A ampliação do sistema de rastreabilidade individual de bovinos.

Além da discussão do grupo, convidamos um especialistas-chave por necessidade para apresentarem *cases* e esclarecerem o assunto. A participação dos especialistas foi fundamental para aperfeiçoar as respostas para cada necessidade e definir um posicionamento sólido do grupo.

Os questionamentos priorizados para as cinco necessidades identificadas podem ser vistos a seguir:

1 | ADOPTAR FERRAMENTAS DE GESTÃO E RASTREABILIDADE PELOS PRODUTORES

1.1 • O que falta para o Sisbov funcionar e ser amplamente adotado?

O Sisbov acabou se tornando oneroso e não houve retorno para o produtor. Não havia tecnologia própria e falta padronização. A primeira coisa seria ter um cadastro das propriedades que são aptas. Era exigido ter o Sisbov, mas os animais eram brincados no momento do transporte não gerando uma confiabilidade nos dados; quem faz a rastreabilidade do Sisbov é quem usa para exportação ou gestão. A dificuldade é que o produtor não consegue controlar a numeração individual e na fiscalização do Sisbov isso era um pecado: “não pode errar”, mas não existe um sistema que não tem erro, que seja infalível. O Sisbov foi colocado lá atrás e, quem sabe lá atrás, não era o timing correto. Uma coisa que a gente não se dá conta é que o Sisbov é o único sistema de identificação no mundo que vê 100% dos indivíduos, não é uma amostragem – temos um sistema muito bom que não valorizamos, mas se a gente criar escaladas de processo que sejam menos onerosas para o produtor no início e ele vá achando dentro daquela escala o que melhor se encaixa com a sua produção, é o melhor dos mundos.

1.2 • Qual é o papel da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no Sisbov?

A CNA ajuda com o apoio operacional para produtores. A CNA faz a parte operacional da inserção dos dados e checagem dos dados desses protocolos. A CNA tem discutido em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) de fazer um projeto-piloto de monitoramento individual de animais, mas ainda está em fase de teste.

1.3 • Como integrar as informações de ferramentas individuais de rastreabilidade em uma única base de dados para a cadeia?

Há muita informação, mas há necessidade de padronização. Um certificador pede um tipo de coisa, outro pede outra. Os modelos de rastreabilidade, eles mesmos vão mostrar quais são os mais eficientes, qual o consumidor vai adotar para si.

1.4 • Como fomentar a rastreabilidade junto aos produtores?

O pecuarista só vai fazer alguma coisa se ele sentir vantagem. Principal trauma: quando se toca no assunto da rastreabilidade já há um pé atrás de que vai gerar mais custo para o produtor; que não vai ter benefício nenhum; que o encargo fica só com ele; que ele paga para rastrear seu gado e não ganha nada com isso. Outro trauma: com quem vai ficar essa informação? Vão saber quantos bois eu tenho à campo e vão me cobrar mais imposto. É necessária uma mudança de cultura. O produtor/empresário sempre busca o retorno financeiro; então, se for possível trazer publicidade que a hora é agora e que ele realmente consegue o retorno em dois anos, por exemplo, a gente consegue avançar. Se começar dizendo que se deve identificar 100% da propriedade já de cara, o pessoal que está mais embaixo não vai fazer, então tem que criar um parâmetro.

Não adianta a gente achar que todo mundo vai fazer porque é legal e bonito; então como receita recorrente para o financiamento da rastreabilidade: benefício fiscal para o produtor e garantia de mercado que ele tem com esse animal, hoje a base está toda nas costas do produtor e ele tem custo para aquilo. O que viabiliza a certificação é o produtor se engajar e para ele se engajar, ele tem que ter um benefício – somente o ônus, sem bônus, é difícil funcionar. Nem todos os produtores vão ter condições de entrar no mesmo nível de certificação e de rastreabilidade, então podemos ter vários padrões de rastreabilidade que venham a atender situações diferentes.

1.5 • Há como utilizar padrão distinto do Sisbov?

Exemplo da Natcap: que não usa numeração oficial; criar escala de rastreabilidade/identificação, escalas que sobem de importância, cada vez tendo um retorno maior, com uma certificação específica para cada uma das etapas da escala. Exemplo: certificação de que é feita a marcação a fogo; certificação de que a marca a fogo é feita com excelência; e assim para cada etapa do processo; dependendo do modelo não tem nem custo, porque a tecnologia já existe. Se tenho 100 cabeças, a marca a fogo funciona.

1.6 • Um único protocolo atenderia a todas as regiões com suas respectivas características específicas?

A gente não pode achar que vamos conseguir o mesmo resultado no Rio Grande do Sul e no Pará, pois são mundos diferentes; mas a gente tem que criar processos que sejam adaptáveis a esses mundos.

2 | CRIAR INCENTIVOS AO SETOR PRODUTIVO POR PARTE DA CADEIA DA CARNE. PROMOVER A TECNIFICAÇÃO E O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

2.1 • Quais são os incentivos que já acontecem para a produtores que adotam ferramentas de rastreabilidade?

INCENTIVOS PARA EXPORTAÇÃO:

- Lista Trace (Fazendas Eras) • R\$ 3,00 a R\$ 4,00
- Lista Geral (depende da disponibilidade do frigorífico) • R\$ 2,00
- Cota Hilton (animais jovens, cortes nobres, 100% a pasto) • R\$ 4,00 adicional na arroba

ESPECÍFICOS:

- Carne Sustentável do Pantanal, da Associação Pantaneira de Pecuária Orgânica e Sustentável (ABPO) – redução de 50% do ICMS por retorno; frigorífico ao invés de pagar para o Estado paga para produtor (2,5% sobre o valor)
- Carne do Pantanal e Bezerra do Pantanal (toda intermediação com frigorífico e todos com o protocolo Sisbov) – 100% do ICMS e 3,35 % por arroba (encerrados)

2.2 • Por que esses incentivos não alcançam escala?

A divulgação junto ao público-alvo é deficitária e aquém da real importância do tema abordado. O valor principal das cotas de exportação é sanitário, outros são atributos socioambientais.

2.3 • De qual ponto da cadeia esses incentivos precisam partir: setor público, indústrias ou varejo/consumo?

Não é sustentável o incentivo pelo poder público, a longo prazo, não vai ser eterno. Não há nenhum incremento para o governo, esse valor agregado está lá no final e o ICMS vai para outro lugar; o setor público é uma alavanca. Deve vir da indústria ou do varejo, que é quem vai ganhar com a carne valendo mais. Pode-se pegar dados de quanto agrega de valor quando troca de intermediário; quem paga essa conta é o consumidor final, a exigência parte dele. O valor depende da percepção do consumidor sobre o atributo que ele quer, pensando na rastreabilidade atrelada a qualidade. Sobre o monitoramento, se não forem cadeias e alianças mercadológicas construídas pelo próprio produtor, ele não vai existir; é o produtor que começa o processo e tem que se engajar.

2.4 • Algum case de rastreabilidade bovina voluntária (estado ou país) teve sucesso?

Não. O Uruguai possui uma política de rastreabilidade obrigatória, no entanto, identificou 100% dos animais, mas seis meses depois o sistema já não sabia onde estava cada um deles.

2.5 • A rastreabilidade deve ser obrigatória ou adesão voluntária pelo produtor?

Ouvimos muito uma necessidade dos produtores de que os sistemas conversem entre si, mas não há ainda nenhuma atitude sobre. A CNA entende que o protocolo do Sisbov deve ser de adoção voluntária ou com um prazo longo – algo em torno de dez anos – para sua obrigatoriedade. Partimos de um modelo de obrigatoriedade e fomos para um modelo de adesão voluntária, mas os pecuaristas aderem a nenhum deles. A exemplo da iniciativa da organização Amigos da Terra, pode ser um case, mas ficou muito cara a arroba e acabou o projeto.

À medida que a rastreabilidade for operacionalizando, ela por si só vai expurgar aqueles modelos menos eficientes; isso porque virá uma demanda por mais eficiência, mais responsabilidade. Uma ideia que não é nova: identificar todos os animais nascidos no país, ou seja, todo animal nascido a gente identifica com uma numeração que vai acompanhar ele do nascimento até o abate – em dez anos teremos todo o rebanho brasileiro rastreado.

3 | SEGREGAR AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS DA GTA PARA A RASTREABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

3.1 • Para que fins a GTA é utilizada?

A GTA garante as vacinações que cada Estado necessita. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) utiliza informações do GTA e CAR para verificar triangulação de gado.

3.2 • Qual o nível de confiabilidade das informações da GTA?

Carece nível de qualidade da informação. Não é auditável.

3.3 • Quais são as fragilidades da GTA?

A GTA é por lote e não por animal individual. A emissão de GTA para correção de saldo de cabeça de gado da fazenda de forma não lícita é recorrente. Está em processo a unificação das informações a nível federal (Plataforma de Gestão Agropecuária – PGA) – padronização e higienização de dados. Tem a proposta de unificar as informações dos Estados. GTA funciona como movimentação, mas os animais se misturam. É necessário identificação individual, que seria o Sisbov.

3.4 • Já há uma decisão sobre não usar a GTA para fins socioambientais ou há margem para mudanças?

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei de Acesso à Informação, Decreto de Dados Abertos, Estudo da Coalizão Brasil. Dentro do MAPA, a identificação de origem animal não está focada no uso da GTA. Quem detém as informações é Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). A Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI) está focada em outras ferramentas – possibilidade de uso de nota fiscal. A utilização da tecnologia *blockchain* é uma das alternativas.

3.5 • E o uso do CAR na rastreabilidade?

O objetivo do CAR é verificar a conformidade ambiental das fazendas e estabelecimentos rurais, porém, possui somente imagens de satélite; é necessário harmonizar iniciativas para trazer alternativas. Há dúvidas sobre como cada Estado tem que fazer acontecer; sobre existir um fundo ou recurso federal destinado a cada Estado para fazê-lo acontecer; e sobre o porquê não privatizá-lo.

4 | TER ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA ORIGEM DO GADO

4.1 • Quem ficará responsável pela fiscalização do registro e repasse de informações?

É necessário ter um órgão fiscalizador e tudo no mesmo ambiente. A fiscalização deveria ser de responsabilidade do governo – criar um órgão responsável pela fiscalização nas fazendas. Cuidar com a questão da LGPD. A responsabilidade e a gestão devem ser compartilhadas entre as partes: pecuaristas, gestor de software e indústria. Também é necessário maior confiança, que pode ser obtida por essa gestão compartilhada. Hoje há o Serviço de Inspeção Federal (SIF) que fiscaliza. Teria que ter um órgão para fazer a mesma fiscalização sobre o produtor. Não há fiscalização para que todos reportem as informações para que funcione. Não pode ser de cima para baixo. Fiscalização e obrigatoriedade de produtor para produtor. Temos que discutir qual é o modelo e qual é o nível de segurança que a gente quer impor.

4.2 • Quem é o dono da informação?

O dono seria o produtor ou cada que fornece a informação no elo. A indústria não pode ficar com toda a carga. Não tem protocolo de como deve ser seguido. Quem vendeu de um para outro. Do frigorífico para frente tem, porém para trás não está amarrado.

Necessário *blockchain* e assim não haveria dono da informação. Todas as informações, com exceção das sensíveis, deveriam ser públicas. Assim todos poderiam consultar: organizações não governamentais (ONG), consumidores etc. Consumidor deve ter a informação necessária, mas que essa não possa ser utilizada de forma errada por outros na cadeia.

4.3 • Em qual ambiente esses dados seriam integrados?

Se tivessem interfaces de programação de aplicativos (API) daria para ter integração de dados. Se tudo fosse registrado em um único ambiente, aberto, para todos poderem consultar, seria possível cobrir toda a cadeia. O ambiente pode ser um site ou uma plataforma de adequação ao sistema de produção. Como o *blockchain* todos os processos ficam no sistema e algumas informações ficam codificadas, mas influenciam na ponta. Se todas as GTA estivessem no mesmo ambiente teríamos as informações. A partir do compartilhamento de um canal de rastreabilidade, consegue-se muita transparência e confiabilidade.



5 | PADRONIZAR COMPROMISSOS E PROCEDIMENTOS PARA TODOS OS ELOS DA CADEIA DE FORNECIMENTO

5.1 • Qual o custo atual da tecnologia que seja confiável e compartilhada? Por que custa tão caro rastrear?

Não se considera que seja um custo, mas, sim, um investimento. Se fizer uma conta simples: uma propriedade com 1 mil cabeças, que tem o desfrute de 25% dos animais/ano, em dois anos estaria tirando 90% do investimento feito na rastreabilidade com o que ele vai ganhar de retorno sobre a venda desses animais rastreados e identificados. A mítica do custo hoje é muito mais saber qual é o benefício que ele vai te trazer e transformar esse “custo” em um investimento, mas precisa-se de motores para isso. A rastreabilidade é um benefício; só ainda não se conseguiu mostrar para o pecuarista o benefício que ela tem, qual é o valor que ela traz; ainda temos muitos traumas do passado que persistem e fazem com que a conversa não avance. Se pensarmos a rastreabilidade por lote feita pela GTA, qual é o custo? Nenhum, já está pronto.

5.2 • Varejo ou consumidores como financiadores/responsáveis diretos pela rastreabilidade?

Um dos grandes motores é que o consumidor tem que cobrar; ele vai chegar na gôndola do supermercado e vai querer saber de onde veio aquele pedaço de carne. Nesse momento há o bônus de que a pandemia está gerando uma grande cultura de saúde alimentar; está todo mundo hoje focado em se alimentar melhor porque viu o que aconteceu com a covid-19 nos últimos dois anos, uma gripe que matou muita gente.

O problema é que o principal incentivador é ainda a indústria, que paga mais por esse animal quando ela tem um benefício de comercialização; é necessário trocar essa responsabilidade que está muito forte na indústria, ela tinha que estar na cadeia como um todo. O próprio produtor tinha que comprar animal rastreado sabendo que ele vai ter benefício com aquilo. O valor é diferente para cada ponto da cadeia, mas cada elo dessa cadeia tem um valor do qual ele pode se apropriar com a identificação e com a rastreabilidade. Nenhum varejista vai pagar a mais se aquilo não tiver qualificação no mercado. Passam 27 milhões de pessoas por dia nos supermercados, então o varejo pode ser o indutor, mas não esperar que esse bônus vai surgir dali para manter o sistema de rastreabilidade. Podem ser parceiros na construção e na conquista do diferencial apenas. No Brasil, o consumidor que busca a rastreabilidade da carne é praticamente nulo. Mesmo na comunidade europeia existe, mas o quanto ele está disposto a pagar a mais? Vem mudando, claro, porém na hora que bate no preço há uma regressão. Outro caminho é impositivo: os bancos estão se movimentando, lançando seus compromissos de só financiar aquelas empresas que também tenham e demonstrem esses compromissos.

5.3 • Temos a capacidade técnica - em quantidade e qualidade, para promover a rastreabilidade em larga escala?

A rastreabilidade precisa começar a ter padrões de escala, com uma escala evolutiva. Exemplo: eu tenho minha rastreabilidade que é a GTA; agora tenho uma identificação por lote e terei um bônus a mais por isso; eu vou identificar só os animais que vendo individualmente, então terá outro parâmetro; eu tenho 100% dos animais da minha propriedade rastreada, então já completa.

Se temos uma numeração única e centralizada no país temos um nível de garantia mais alto, mas podemos começar com outros modelos que o produtor ache que é mais conveniente para ele, aproveitá-lo e depois ir melhorando.

Devemos levar a discussão no nível sanitário para uso realmente da defesa sanitária e tentar fazer essa interação público-privada para que a questão ganhe força. Agora, sob demanda, o produtor já tem a análise socioambiental feita por qualquer empresa.

É feito todo o controle para certificação e o processo de rastreabilidade para botar a carne para fora e aqui dentro estamos comendo carne de abate clandestino. É necessária uma mudança de cultura. É essencial começar a divulgar o processo de uma forma diferente; divulgar a importância de ter a informação da origem do produto, é uma questão sanitária; é essa forma de trabalhar a informação que vai mudar aos poucos a cultura das gerações que já estão vindo por aí.

Após as discussões em grupo e a elaboração das respostas, seguimos com especialistas-chaves para apresentar cases e esclarecer sobre os questionamentos identificados. A contribuição dos especialistas foi fundamental para um entendimento comum e sólido do grupo para compor o posicionamento.

Listas de especialistas convidados e seus respectivos temas:



1 • Apresentação da GTA: Luiz Felipe Carvalho, chefe da Divisão de Trânsito Nacional/MAPA

2 • Apresentação do Sisbov: Andréa Perez, auditora Fiscal Federal Agropecuária DIRA/CGTQA/DSA/MAPA

3 • Blockchain: Gabriel Aleixo, head de Consultoria e Educação da W3Block

4 • Questionamentos sobre Sisbov: Paulo Costa, da CNA

5 • Ferramenta Conecta e GTA: Vascho Picchi, da Safe Trace

As apresentações foram feitas utilizando estudos de casos estratégicos para facilitar o aprofundamento do conhecimento acerca dos questionamentos apontados em grupo, proporcionando investigar diversas vertentes sobre os temas abordados. Os cases serviram como parâmetro e referência diante das experiências relacionadas a rastreabilidade apresentadas, possibilitando elucidar as dúvidas e trazer maior segurança sobre o conteúdo em relação ao cenário complexo que é a rastreabilidade.

Dos estudos de caso apresentados, a iniciativa Conecta está presente no MIPS, os demais estudos de caso abordaram documento (GTA), sistema (Sisbov) ou uma tecnologia (*blockchain*), desse modo não se enquadrando em uma iniciativa para ser inserida no MIPS. Este foi um importante passo na consolidação da estratégia do GTPS em ser reconhecido como um Centro de Referência em Pecuária Sustentável.



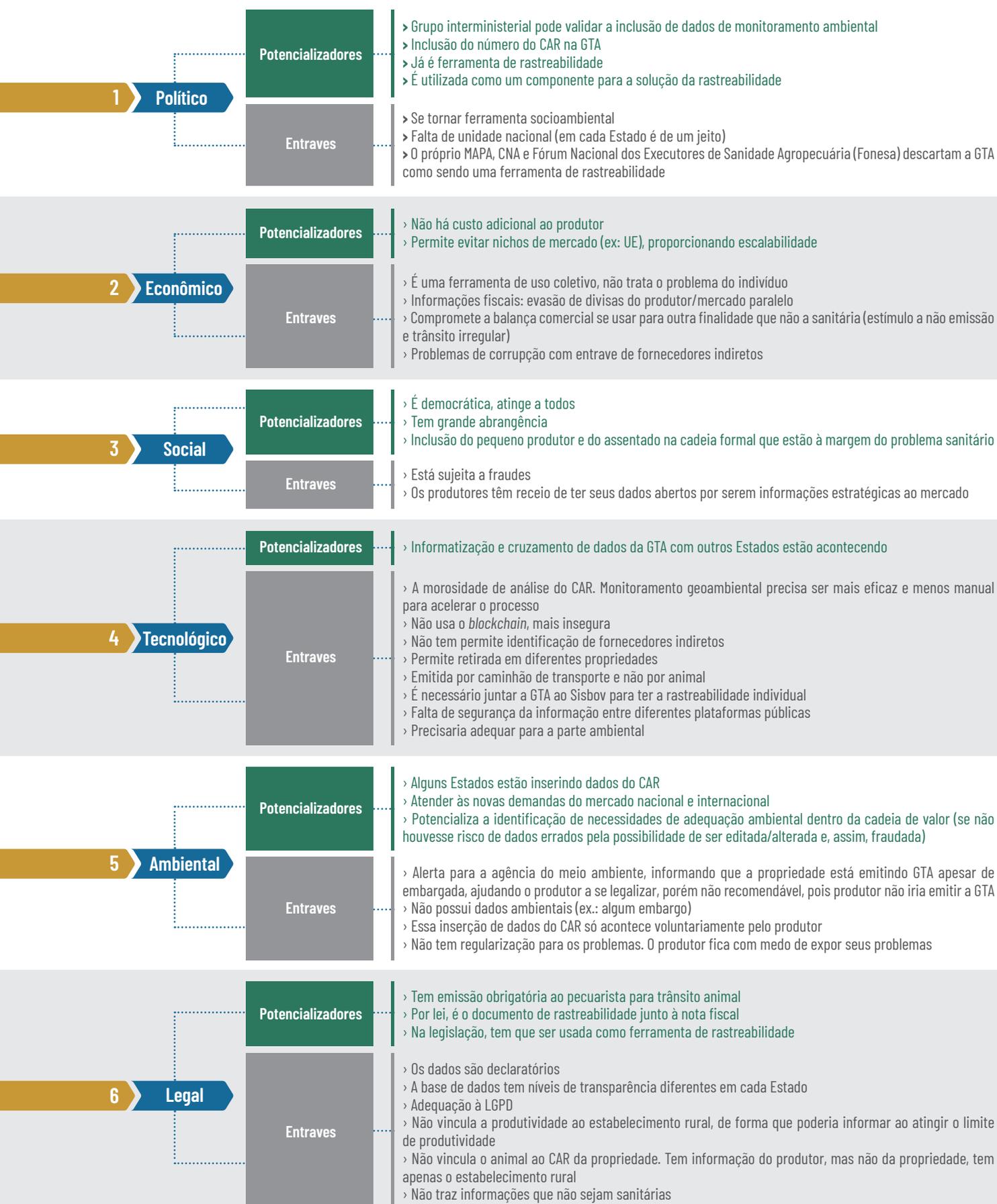
3.2 | POSICIONAMENTOS

A partir dos estudos de caso apresentados e discutidos, o grupo seguiu trabalhando para identificar e filtrar os principais entraves e potencializadores sobre o uso da GTA, Sisbov e *blockchain* para a rastreabilidade. A identificação dos potencializadores e entraves foram realizados em dinâmicas durante as reuniões do GT com o objetivo de discutir os temas e ajudar na construção do posicionamento e estratégias do grupo.

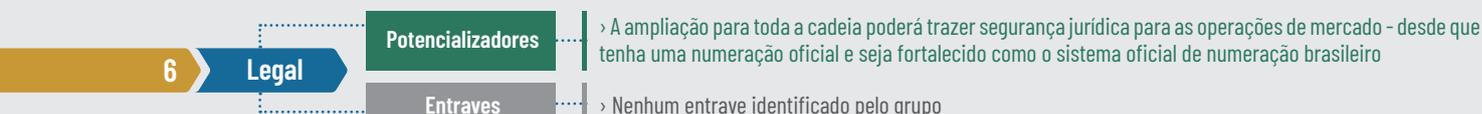
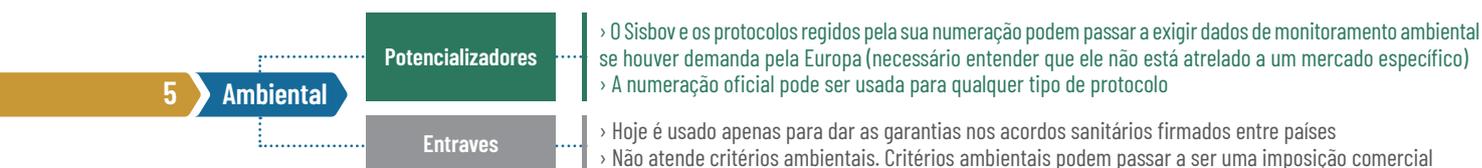
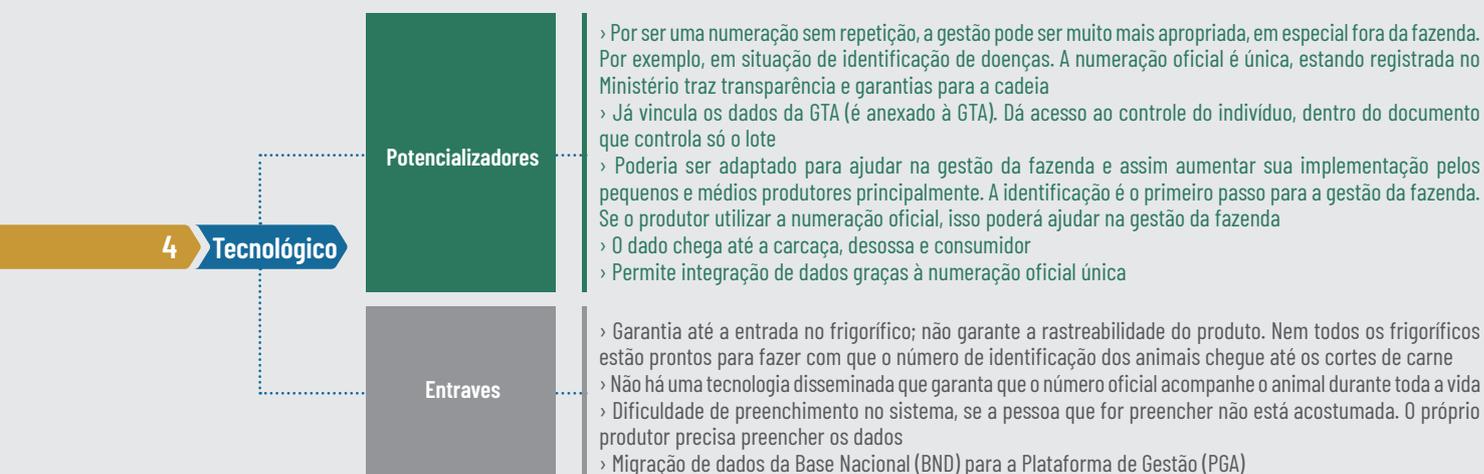
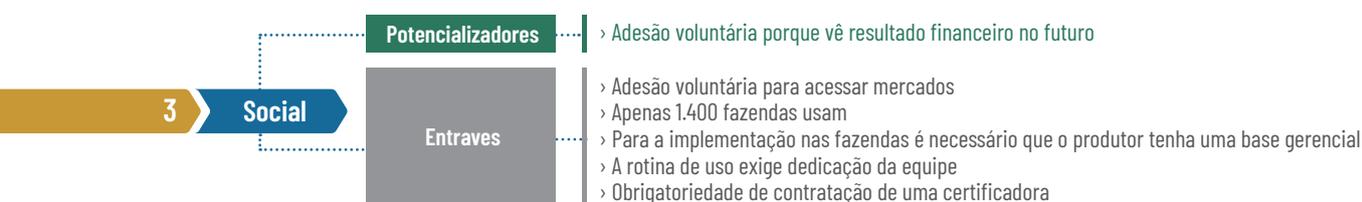
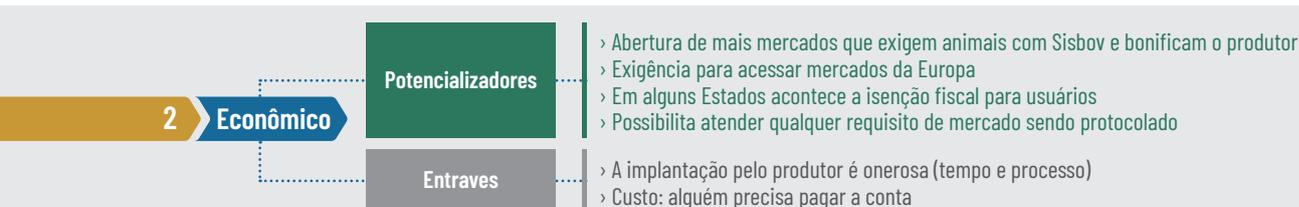
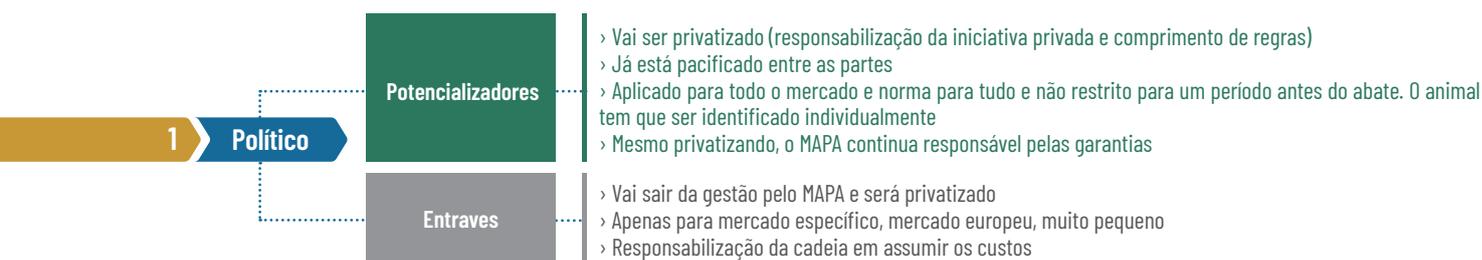
Para listar os entraves e potencializadores foi utilizado a análise PESTAL, que é tipicamente utilizada para estruturação de um planejamento estratégico, identificando os fatores que podem impactar as decisões e posicionamento. PESTAL é um acrônimo para político, econômico, social, tecnológico, ambiental e legal, e consiste em avaliar possíveis impactos de todos os âmbitos citados que podem influenciar o tema.

Toda a dinâmica do grupo foi realizada utilizando-se da técnica de *brainstorming*, explorando a potencialidade da diversidade de experiências dos diferentes elos e visões sobre a rastreabilidade. Foi analisado problema, fatos e ideias para gerar propostas e possibilidades para criar o posicionamento do grupo. Os resultados serão apresentados no mapa a seguir.

3.2.1 | USO DA GTA PARA A RASTREABILIDADE



3.2.2 | USO DO SISBOV PARA A RASTREABILIDADE



3.2.3 | USO DO *BLOCKCHAIN* PARA A RASTREABILIDADE



A identificação dos entraves e potencializadores para as três pautas relacionadas à rastreabilidade guiaram para uma discussão do que é negociável ou inegociável para cada categoria. Essa dinâmica foi fundamental para que cada categoria visualizasse seu posicionamento sobre a rastreabilidade, considerando as condições do que deve ter ou não deve ter no posicionamento para contemplar as necessidades de cada elo e pensando em um processo de melhoria contínua.

A terceira etapa foi a realização de uma votação em relação aos potencializadores para GTA e Sisbov por meio de uma matriz de impacto versus esforço para definir a melhoria com maior impacto e menor esforço para o delineamento de estratégias e implementações na prática.

Na votação, a melhoria selecionada para GTA foi: exigência de informação do CAR ou geolocalização do estabelecimento rural para emissão da GTA – maior facilidade e segurança para caracterização da condição de conformidade ambiental dos estabelecimentos rurais.

Para o Sisbov, o indicador vencedor foi: atualização do sistema de emissão de numeração oficial do Sisbov de rastreabilidade individual de bovinos para permitir que seu uso seja acessível e universal em qualquer sistema, plataforma ou ferramenta de gestão, monitoramento e rastreabilidade de forma a utilizar até mesmo os números de manejo vinculados a identificação futura do bovino.

Com todas as ações o grupo seguiu para compilar e relacionar todas essas informações complexas, convidando especialistas-chaves da área para debater as conclusões e apresentar o status das ferramentas e tecnologias discutidas previamente, norteando o grupo a fazer um mapeamento e um posicionamento legítimo em relação a rastreabilidade brasileira.

3.3 | APRESENTAR E ENDEREÇAR AS ESTRATÉGIAS DEFINIDAS

Como resultado das dinâmicas sobre Sisbov, GTA e *blockchain*, foi criado um posicionamento, baseado em todo o material gerado. Esse posicionamento teve como objetivo apresentar as principais considerações do grupo a respeito desses temas e propor diretrizes para o desenvolvimento de uma pecuária mais sustentável no Brasil. Como não havia divergência sobre o uso de *blockchain*, sendo essa apenas uma tecnologia que pode ser utilizada para ganhos de segurança e transparência da cadeia, não contemplamos esse tema no documento de posicionamento.

A estratégia adotada foi, a partir do consenso do grupo, gerar um documento com a visão do GT sobre os temas críticos selecionados, apresentando melhorias para cada um deles. Para os temas que não houve consenso, foi sugerido um estudo aprofundado, realizado por instituição isenta, para levantamento de dados de modo a conduzir o grupo para o consenso. Esse documento pode ser visualizado no item anexo, será publicado em nome do GTPS e será endereçado ao MAPA e demais instituições relevantes com o objetivo de instigar que as melhorias propostas sejam adotadas.

4 | DISCUSSÃO

A elaboração do posicionamento do GT de Rastreabilidade, que aponta para os caminhos de melhoria no que tange a rastreabilidade individual de bovinos e o uso de GTA como fins de rastreabilidade, demandou bastante energia de todos os envolvidos na tentativa de alcançar consenso entre todas as categorias. O setor é composto por diversos atores, cada um com suas próprias necessidades e interesses, o que dificulta a construção de um consenso. Além disso, a rastreabilidade bovina é uma questão crítica para a segurança alimentar, a proteção animal e a sustentabilidade, e a implementação de soluções eficazes pode ter implicações significativas para toda a cadeia.

A construção do posicionamento foi resultado de um processo colaborativo e democrático. Foram realizadas diversas reuniões, dinâmicas e colaborações assíncronas com o objetivo de incluir as opiniões de todos os elos da cadeia. O objetivo foi construir um documento de posicionamento que representasse os interesses de todos os envolvidos no setor. Entretanto, é importante ressaltar que, em um setor tão diverso, é natural que haja discordância em alguns pontos. O posicionamento busca refletir essas diferenças e apresentar soluções que possam ser aceitas por todos.

4.1 | APROFUNDAMENTO E SELEÇÃO DAS NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DO GT 2021

No posicionamento do GT de Rastreabilidade, foram escolhidos como temas principais o uso da Guia de Trânsito Animal como método de rastreabilidade e o aperfeiçoamento do sistema de identificação individual de bovinos. Essas escolhas foram feitas por serem os temas que aparecem com mais frequência nas discussões do grupo e que, portanto, precisavam ser explorados primeiro.

As divergências sobre o uso da GTA como método de rastreabilidade aparecem há bastante tempo e advém do fato de que parte do setor acredita que esse uso fará com que muitos produtores passem a deixar de utilizar o documento, que hoje é amplamente utilizado apenas com fins sanitários. Por outro lado, outros integrantes da cadeia acreditam que, devido ao fato da GTA ser amplamente utilizada e possuir informações de rastreabilidade, ela poderia ter a capacidade de solucionar a questão da rastreabilidade de maneira rápida e barata.

Enquanto alguns argumentam que a GTA já é usada como documento de deslocamento dos animais e que a inclusão de informações de rastreabilidade tornaria ainda mais fácil acompanhar os animais e garantir a segurança alimentar, outros argumentam que essa mudança causaria desconforto e desvantagem para produtores, já que envolveria o compartilhamento de informações sensíveis.

O tema da identificação individual de bovinos foi selecionado pelo grupo de trabalho de rastreabilidade dada a importância desse tema para o desenvolvimento da rastreabilidade bovina no Brasil. É consenso entre todos os elos da cadeia produtiva a necessidade da criação de um sistema único de identificação individual de bovinos. A falta de um sistema único tem causado entraves na fluidez das informações e na comunicação entre os elos da cadeia produtiva, prejudicando o desenvolvimento coordenado de iniciativas de rastreabilidade.

Um sistema único permitiria que qualquer produtor ou sistema privado pudesse utilizar a mesma identificação, unificando a forma de identificar os animais e facilitando todo o processo de rastreabilidade. Além disso, permitiria a coleta e o compartilhamento de dados precisos e confiáveis sobre os animais, o que é essencial para garantir a segurança alimentar, a proteção animal e a sustentabilidade. Isso inclui a capacidade de rastrear os animais ao longo da cadeia produtiva, identificar possíveis problemas ambientais e garantir a qualidade e a segurança dos produtos de origem animal.



4.2 |

CONSTRUÇÃO DE POSICIONAMENTOS DO GT REFERENTE AOS ITENS SELECIONADOS

O Grupo de Trabalho de Rastreabilidade do GTPS concorda que é necessário adotar ferramentas e protocolos de rastreabilidade que visem a defesa agropecuária, segurança alimentar e regularidade econômica, ambiental e social, visando maior transparência sobre a produção pecuária de bovinos no Brasil. É importante analisar os instrumentos oficiais de rastreabilidade, identificando suas limitações e potenciais usos.

O grupo identificou algumas limitações e sugeriu melhorias para incrementar os processos de controle e avançar na rastreabilidade e produção pecuária bovina no Brasil com o objetivo de garantir a qualidade e a segurança alimentar, além de garantir o cumprimento de regulamentações socioambientais e econômicas. Essas melhorias incluem a necessidade de um sistema único de identificação individual de bovinos que possa ser utilizado por qualquer produtor ou sistema privado para unificar a identificação e facilitar o processo de rastreabilidade.

O uso da Guia de Trânsito Animal como método de rastreabilidade é um dos temas mais discutidos e polêmicos dentro da cadeia produtiva da pecuária bovina, pois alguns setores acreditam que essa medida poderia resolver a questão da rastreabilidade de maneira rápida e barata, enquanto outros temem que isso possa afetar negativamente a produção e as atividades sanitárias. O GT de Rastreabilidade, por sua vez, entende que é importante aprofundar essas discussões e avaliar de forma crítica as vantagens e desvantagens do uso GTA como documento de rastreabilidade.

O posicionamento completo do GT de Rastreabilidade pode ser acessado no **anexo** deste documento.

4.3 | ESTRATÉGIAS ENDEREÇADAS AOS RECEPTORES

O GT de Rastreabilidade elaborou recomendações para melhorar o sistema de rastreabilidade individual de bovinos no Brasil. Entre as propostas, destaca-se a implantação de um sistema que utilize a numeração 076 (código ISO Brasil) para a rastreabilidade individual de bovinos. O objetivo desse modelo é democratizar a rastreabilidade, possibilitando que qualquer produtor possa solicitar a numeração oficial para fins de identificação animal, seja para a gestão da sua fazenda ou para atendimento de requisitos estabelecidos em protocolos de rastreabilidade, como certificação sanitária internacional ou para o mercado interno.

Além disso, o GT sugere a atualização do sistema de emissão de numeração oficial do MAPA via Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), para permitir que a solicitação e o registro de propriedade sejam acessíveis em qualquer sistema, plataforma ou ferramenta de gestão, monitoramento e rastreabilidade. Isso ajudaria a popularizar o uso da numeração oficial como padrão de identificação de bovinos para produção, inclusive o uso de tecnologias como Inteligência Artificial e sistemas *Internet of Things* (IoT).

Outra recomendação do GT é o aumento dos incentivos para a adesão de produtores ao cumprimento de requisitos específicos via isenção fiscal ou agregação de valor no pagamento pelas carcaças ou animais certificados, seja via iniciativa privada ou pública. Esses incentivos poderiam ser uma forma de estimular a adesão dos produtores ao sistema de rastreabilidade.

Em resumo, essas recomendações do GT de Rastreabilidade visam democratizar a rastreabilidade de bovinos no Brasil, tornando o sistema mais acessível e popularizando o uso da numeração oficial como padrão de identificação. Além disso, propõem expandir os incentivos para a adesão de produtores ao cumprimento de requisitos específicos, contribuindo para aumentar a qualidade e a segurança dos produtos de origem animal e melhorar a imagem do setor agropecuário brasileiro no mercado internacional.

No que tange às questões relativas à GTA, o GT elaborou uma recomendação – que pode ser visualizada no documento em **anexo** – para avaliar os impactos da utilização da GTA como documento de rastreabilidade. O objetivo é trazer mais subsídios às discussões e esclarecer dúvidas entre os associados, pois a falta de consenso sobre o uso da GTA como documento de rastreabilidade tem criado impasses e impede o avanço das discussões.

Para alcançar esse objetivo, o GT recomenda a realização de estudos conduzidos por entidade isenta e de comprovado conhecimento da cadeia produtiva. Esses estudos devem avaliar a possibilidade de utilizar dados essenciais contidos na GTA para realizar a rastreabilidade completa da cadeia de fornecimento, preservando as partes envolvidas de quaisquer implicações existentes na legislação e do uso indevido de dados pessoais. Além disso, devem ser realizados estudos sobre o impacto da utilização do CAR como pré-requisito nas emissões da GTA, utilizando o Pará como um caso prático.

A realização desses estudos seria uma oportunidade para aprofundar o conhecimento sobre as implicações legais, técnicas e práticas de vincular a GTA a outras ferramentas, além de proporcionar uma base sólida para a tomada de decisão sobre o uso dela como documento de rastreabilidade.



5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segundo ciclo do Grupo de Trabalho de Rastreabilidade do GTPS foi marcado pela busca constante pela excelência e busca pela construção de uma pecuária mais sustentável. A rastreabilidade é um elemento fundamental para alcançar esse objetivo, pois garante a qualidade e a segurança dos produtos de origem animal, além de contribuir para a imagem do setor agropecuário brasileiro no mercado internacional.

Durante esse ciclo, foram elaboradas recomendações para melhorar o sistema de rastreabilidade, mas é importante lembrar que essas recomendações só serão efetivas se existir empenho de todos na implementação das estratégias definidas. A colaboração entre todos os elos da cadeia pecuária é essencial para atingir a meta de tornar a pecuária brasileira 100% rastreada e, assim, contribuir para a construção de uma pecuária mais sustentável e competitiva. Vamos trabalhar juntos para alcançar essa meta ambiciosa e consolidar o Brasil como uma referência mundial em sustentabilidade na pecuária.

6 | AGRADECIMENTOS

Fomos a primeira mesa redonda no mundo a buscar soluções para uma produção de pecuária bovina cada vez mais sustentável.

Um dos alicerces do nosso trabalho está na construção de relacionamentos. O GTPS só existe graças à contribuição e ao empenho de cada um dos nossos associados; parceiros institucionais; Comissão Executiva; conselheiros diretores e fiscais, que periodicamente doam um pouco de tempo para refletir e debater temas substanciais, dar ideias, promover iniciativas, enfim, agregar valor à cadeia produtiva.

Os encontros envolveram associados que compõem os seis elos da cadeia produtiva, mesmo com alternância de presentes e empresas no decorrer do processo, tivemos uma representação de 21 instituições que estiveram presentes em pelo menos três reuniões: ABCAR, APPS, ABIEC, ABPO, AgroSB, Amigos da Terra, Banco do Brasil, CICB, CNA, Databoi, Famasul, Fazenda Conforto, GPA, Imaflora, Minerva Foods, MSD, Norvida, NWF, Ourofino, SIA e TNC.



Agradecemos aos convidados e especialistas que participaram e contribuíram para alcançarmos os resultados do GT:

- › Alexandre Barcellos DECAP/SDI/MAPA
- › Andréa Perez MAPA
- › Gabriel Aleixo W3Block
- › Luiz Felipe Carvalho MAPA
- › Marcella Teixeira DECAP/SDI/MAPA
- › Paulo Costa CNA
- › Vasco Picchi Safetrace
- › Virgílio Paculdino Safetrace



Participantes do GT de Rastreabilidade 2022:

- Aécio Witchs Flores..... ABCAR
- Ana Carolina da Silva Scarelli GPA
- Bruno Pereira Panissi Minerva Foods
- Carlos Barbieri Norvida
- Cintia Tiemi Kita GPA
- Daniela Achite Ourofino
- Floriano De Siqueira Varejão Databoi
- Gabriel Cavallini de Melo Mambula Sales..... Famasul
- Helen Estima Lazzari SIA
- Ivo Martins Alves Filho MSD
- José Fernando Bello CICB
- José Último Junqueira Jr. APPS
- Juliana Guerra Pinheiro Santos Ourofino
- Juliana Perez Alonso Corrêa AgroSB
- Karine Flausino Antonio Minerva
- Katiúscia F. Moreira NWF
- Luiz Antonio Raimundo Nonato..... Fazenda Conforto
- Marília Rangel..... MSD
- Pedro Burnier..... Amigos da Terra
- Rafael Araújo Bonatto..... TNC
- Rafael Ribeiro de Lima Filho..... CNA
- Ricardo Michaelsen CICB
- Ricardo Nissen..... ABIEC
- Rodrigo Belmonte Cascalles..... Imaflora
- Silvío Henrique Ribeiro Balduino ABPO
- Simone Gonçalves..... ABIEC
- Vinícius Veras Sousa..... Banco do Brasil

Equipe Executiva

- Luiza Bruscato..... Diretora executiva
- Verediana Garbeiro Administrativo e financeiro
- Beatriz Pressi..... Iniciativas e ferramentas
- Flávia Feris..... Comunicação
- Juliana Pires..... Comunicação

Comissão Executiva

- Sergio Schuler Presidente
- João Schimansky Netto Vice-presidente
- Aline Aguiar Tesoureira

Conselheiros Diretores

- Aécio Witchs Flores ABCAR
- Álvaro Rojo Santamaría Filho Banco do Brasil
- Ana Doralina Alves Menezes ABA
- Carlos Tuma Delbim..... Banco do Brasil
- Cintia Kita..... GPA
- Cristiane de Jesus Banco do Brasil
- Dov Rosenmann..... TFT
- Eduardo Bastos Minerva Foods
- Fernanda Costa Maia BRDE
- Francisco C. G. da Fonseca..... TNC
- José Pádua Famasul
- Josiane Lage Cargill
- Lisandro Inakake de Souza Imaflora
- Lucio Vicente..... Grupo Carrefour Brasil
- Luis Henrique Witzler ABCAR
- Mariana Piatto Imaflora
- Mauro Armelin..... Amigos da Terra
- Paula Regina de Melo Costa Banco do Brasil
- Pedro Burnier Amigos da Terra
- Ruy Fachini Filho..... Famasul
- Ruy Fachini Filho..... Fazenda Gabinete
- Simone Gonçalves..... ABIEC
- Susy Midori Yoshimura..... GPA
- Tamara Lopes..... Minerva Foods

Conselho Fiscal

- Dov Rosenmann..... Earthworm
- Ruy Fachini Filho Fazenda Gabinete

Documento propositivo do GT de Rastreabilidade

Documento do GTPS endereçado ao MAPA e demais instituições relevantes com o objetivo de instigar que as melhorias propostas sejam adotadas.



GTPS
Grupo de trabalho da
pecuária sustentável

INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) de Rastreabilidade do GTPS, a Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável, foi criado em 2022 com o objetivo de discutir com os associados a sinergia entre a sustentabilidade da pecuária e as oportunidades de melhoria nos indicadores zootécnicos, socioambientais e na rastreabilidade propriamente dita. O Grupo é composto por representantes de seis categorias: produtores rurais, empresas de insumos e serviços, indústrias, varejos e restaurantes, instituições financeiras e sociedade civil.

Durante o ano de 2022, o Grupo de Trabalho se reuniu em 12 ocasiões (reuniões online), além das reuniões de planejamento estratégico e assembleia (presenciais), e pode discutir os principais entraves relacionados à cadeia da carne bovina no que diz respeito à rastreabilidade. Entre os assuntos, foi dado destaque para a necessidade de implantação da rastreabilidade total, com ênfase na necessidade de maior transparência em informações de sustentabilidade ambiental da cadeia – tema largamente divulgado pela mídia e que deprecia a imagem de todos os atores envolvidos, desde os produtores até os varejistas, passando pelas indústrias frigoríficas, do couro, instituições financeiras entre outros atores envolvidos na cadeia da carne bovina.

Em virtude da diversidade de entidades envolvidas, aspectos técnicos relacionados às etapas da produção da carne e processos de rastreabilidade, as reuniões contaram com a presença de especialistas do setor público e privado que puderam trazer ao grupo um arcabouço de informações suficientes para a visualização do panorama geral sobre os assuntos discutidos, além da grande variedade de nível de profissionalização dos pecuaristas, dos sistemas de produção e da necessidade da transferência de informações ao longo da cadeia da carne. As reuniões foram conduzidas utilizando técnicas de facilitação e alguns dos resultados serão apresentados a seguir.

A partir das dinâmicas e discussões, foram identificadas ações prementes para o aperfeiçoamento do sistema de rastreabilidade brasileiro. No entanto, para algumas ações não houve consenso entre o grupo. Portanto, esse documento foi dividido entre pontos de consenso e pontos em análise, expondo posições favoráveis e contrárias. De maneira propositiva, foi elaborado um encaminhamento para cada ação.

Por fim, foram identificados pontos de discussão que impactam indiretamente a eficácia das ações aqui propostas, mas que fugiram do escopo das discussões realizadas durante este ciclo do GT. Esses pontos estão registrados na seção apêndice deste documento e serão abordados futuramente em ciclos posteriores incluindo outros grupos de trabalho.

PONTO DE CONSENSO

Democratização da rastreabilidade individual de bovinos

É consenso entre os associados de todas as categorias do GTPS a necessidade de adoção de ferramentas e protocolos de rastreabilidade que com foco não somente na defesa agropecuária e na segurança alimentar, mas que também sejam ferramentas que forneçam garantias de regularidade econômica, ambiental e social, visando maior transparência sobre a produção pecuária de bovinos nos critérios socioambientais, desmatamento ilegal, trabalho análogo ao escravo, uso de terras indígenas etc., e também fortalecendo e destacando os produtores que agem em conformidade com a legislação brasileira.

Assim, torna-se necessária uma análise dos instrumentos oficiais de rastreabilidade, identificando suas limitações e potenciais usos no contexto atual da cadeia da pecuária bovina.

O Sistema de Rastreabilidade Oficial Brasileiro é um marco de regulamentação do setor, baseado em cinco pilares (Lei n.º 12.097 de 24/11/2009, Art. 4º):

I - marca a fogo, tatuagem ou outra forma permanente e auditável de marcação dos animais, para identificação do estabelecimento proprietário;

II - Guia de Trânsito Animal - GTA;

III - nota fiscal;

IV - registros oficiais dos serviços de inspeção de produtos de origem animal nos âmbitos federal, estadual e municipal, conforme exigir a legislação pertinente;

V - registros de animais e produtos efetuados no âmbito do setor privado pelos agentes econômicos de transformação industrial e distribuição.

§ 1º Poderão ser instituídos sistemas de rastreabilidade de adesão voluntária que adotem instrumentos adicionais aos citados no caput, e as suas regras deverão estar acordadas entre as partes.

§ 2º A organização e o registro das informações de que trata o caput deverão ser feitos por meio eletrônico, devendo o Poder Executivo Federal adotar os meios necessários para integrar e organizar as referidas informações.”

A partir desses pilares, as informações do animal são acompanhadas em todos os elos da cadeia de produção, ou seja, do nascimento até a sua destinação final, abate, incineração ou disposição controlada. São esses os controles atuais que garantem a defesa agropecuária e a inocuidade dos alimentos para segurança alimentar de proteína animal, seja para o mercado interno ou externo.

Avaliando o processo como um todo, os objetivos propostos estão sendo realizados e, em função disso, este GT acredita que a partir de recomendações factíveis e ao alcance dos agentes responsáveis pelo processo, é possível incrementar melhorias no mesmo.

Partindo dessa análise e do trabalho realizado no GT de Rastreabilidade do GTPS, foi identificado um conjunto de melhorias a serem incorporadas com a finalidade de incremento nos processos de controle e avanço contínuo da rastreabilidade e da produção pecuária bovina no Brasil.

Algumas limitações identificadas pelo Grupo de Trabalho de Rastreabilidade do GTPS foram listadas a seguir: A lei atual tem como base a identificação por marca a fogo (marca da propriedade), por ser o método mais simples e mais utilizado para a identificação de bovinos. Porém, existem alguns pontos fracos como a falta de informações do indivíduo, as questões relacionadas ao bem-estar animal e os impactos financeiros negativos na venda do couro.

No que diz respeito a rastreabilidade individual de bovinos, o Brasil possui um sistema de identificação com numeração oficial, o Sistema Oficial de Identificação Individual de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), que oferece a qualquer produtor no território nacional uma numeração única para cada animal por meio de elementos de identificação (brincos, bottons e dispositivo eletrônico). Para possuir acesso ao Base Nacional de Dados do Sisbov (BND-Sisbov) e solicitar uma numeração oficial para identificar os seus animais é necessária a contratação de uma certificadora e passar por um processo de auditoria e certificação não gratuitos, sendo hoje a maior motivação o acesso ao mercado da União Europeia.

Feita essa breve apresentação do status atual da rastreabilidade bovina no Brasil, um ponto de convergência de opiniões dos membros do GT foi a necessidade de democratizar o uso de sistema público e gratuito para a rastreabilidade individual de animais de produção, utilizando a numeração oficial brasileira iniciada pelos três dígitos 076 (código ISO), que identifica o Brasil como origem dos animais ou produtos e subprodutos produzidos a partir dos animais identificados.

O uso de sistema de rastreabilidade público e gratuito para identificação individual de animais será mais um passo da pecuária brasileira ao patamar dos principais países exportadores de carne bovina como Austrália, Uruguai, Argentina e Canadá, que hoje realizam a rastreabilidade total (do pasto ao prato). Além disso, o uso de sistema público e gratuito, onde os softwares de rastreabilidade e gestão de rebanhos possam estar integrados, permitirá a transferência de informações do rebanho entre os softwares do vendedor e do comprador dos animais.

RECOMENDAÇÕES

Este GT sugere a realização de uma avaliação conjunta entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o setor privado das seguintes propostas de melhorias:

1. Implantação de um sistema para a rastreabilidade individual de bovinos utilizando a numeração 076 (código ISO Brasil). A evolução para esse modelo de sistema tem como objetivo democratizar a rastreabilidade individual de bovinos no Brasil, possibilitando que qualquer produtor possa solicitar a numeração oficial para fins de identificação animal, seja para a gestão da sua fazenda ou para atendimento de requisitos estabelecidos em protocolo de rastreabilidade, para atendimento de Certificação Sanitária Internacional (CIS) ou para mercado interno.
2. Atualização do sistema de emissão de numeração oficial do MAPA via Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) para permitir que a sua solicitação e registro de propriedade sejam acessíveis em qualquer sistema, plataforma ou ferramenta de gestão, monitoramento e rastreabilidade de forma a popularizar o seu uso e transformar o mesmo em padrão de identificação de bovinos para produção, inclusive o uso de Inteligência Artificial e sistemas Internet of Things (IoT).

Sugere ainda que exista um aumento dos incentivos para a adesão de produtores ao cumprimento de requisitos específicos via isenção fiscal ou agregação de valor no pagamento pelas carcaças ou animais certificados, seja via iniciativa privada ou pública.



PONTO DE ANÁLISE

1. Vinculação do número do Cadastro Ambiental Rural (CAR) à Guia de Trânsito Animal (GTA)

A GTA é o documento oficial para transporte animal no Brasil e contém informações essenciais para rastreabilidade sanitária (origem, destino, finalidade, espécie etc.). Por ser um documento obrigatório para o trânsito animal, que não se limita a nenhuma etapa da cadeia produtiva (engorda, abate, leite, exportação), possui ampla adoção no território nacional, sendo o documento com fins de rastreabilidade mais utilizado no Brasil.

Recentemente, a GTA tem sido informatizada, possibilitando a sua emissão de maneira digital em alguns Estados, além de cruzamento de dados entre unidades federativas. Destaca-se, porém, que a GTA é autodeclaratória, o que possibilita a ocorrência de fraudes, não obstante os eventuais esforços de fiscalização, além de a falsificação da GTA configurar crime.

Outro ponto importante é que existe um entrave jurídico considerando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), verificando-se contradições e múltiplas interpretações jurídicas sobre o uso da GTA para outras finalidades, que não seja a defesa agropecuária dos rebanhos nacionais pelo controle de trânsito dos animais.

Diante do exposto, a proposta de vinculação do CAR à GTA se mostrou bastante polêmica, havendo argumentos contundentes em ambas as posições, seja favorável ou contrária à vinculação.

ARGUMENTOS CONTRÁRIOS

A GTA é a base da defesa agropecuária nacional, servindo ao MAPA e ao Órgão Executor de Sanidade Agropecuária (OESA) como ferramenta para monitoramento de trânsito entre propriedades rurais, feiras agropecuárias, leilões e abatedouros.

Apesar de ser a principal ferramenta sanitária e de ser autodeclaratória, há no país ainda hoje o trânsito de animais sem a emissão da Guia, o que acende um alerta sobre a possibilidade de ocorrência de focos de doenças contagiosas nos rebanhos (febre aftosa, peste bovina etc.), fato que representa maior dificuldade do serviço oficial em implantar um plano de contingência para tais enfermidades, colocando em risco as exportações e, conseqüentemente, a balança comercial.

Assim, a categoria Produtores Rurais entende que a vinculação de qualquer informação à GTA que possa servir como base para autuação ou qualquer outra restrição irá ter efeito contrário ao esperado. Assim, a vinculação do CAR à GTA não será efetiva para o monitoramento ambiental, uma vez que o CAR em sua grande maioria ainda não foi validado, sendo mais um item de receio para o produtor declarar o trânsito de animais, aumentando o risco sanitário dos rebanhos nacionais.

Além disso, o CAR, conforme proposto no Código Florestal Brasileiro, cumpre sua função por si só, não havendo necessidade de ser atrelado a qualquer outra ferramenta. Havendo a necessidade de declaração pelo produtor rural e posterior validação pelo órgão competente para que o monitoramento ambiental a que se propõem possa ser efetivo. Dessa forma, reforçamos que é fundamental que haja avanço nas análises e validações do CAR.



ARGUMENTO A FAVOR

A GTA é o documento oficial e obrigatório para transporte animal no Brasil. Ele possui ampla adoção no território nacional, sendo o mais utilizado no país com esse fim. Recentemente, a GTA tem sido informatizada, possibilitando a sua emissão de maneira digital em alguns Estados, além de cruzamento de dados entre unidades federativas.

Alguns estudos demonstram opiniões jurídicas comprovando a possibilidade de uso da GTA como instrumento de rastreabilidade uma vez que existem formas das informações sensíveis presentes na GTA sejam resguardadas respeitando a LGPD. A integração da informação do CAR registrada na GTA poderia vir a cumprir a missão de identificar a regularidade ou irregularidade do fornecedor de forma rápida, segura e de menor custo. É possível fazer essa integração para fins de rastreabilidade socioambiental sem divulgar informações sensíveis dos produtores.

Na prática, a integração da informação do CAR registrada na GTA poderia vir a cumprir a missão de identificar a regularidade ou irregularidade do fornecedor de forma rápida, segura e de menor custo. Na prática observamos que a GTA tem sido usada pelo setor privado (frigoríficos), pelo Ministério Público Federal (MPF) na auditoria dos Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e até mesmo pelo governo na análise socioambiental das propriedades.



RECOMENDAÇÃO

Diante do impasse e da falta de consenso entre os associados, o GT de Rastreabilidade julga fundamental a realização de estudo para avaliar os impactos da vinculação da GTA a qualquer outra ferramenta (fiscal, ambiental ou social) sobre a eficiência da ferramenta sanitária com intuito de trazer mais subsídios às discussões.

Tal estudo deverá ser conduzido por entidade isenta e de comprovado conhecimento da cadeia produtiva, e deverá avaliar a possibilidade de utilizar dados essenciais contidos na GTA para realizar a rastreabilidade completa da cadeia de fornecimento de modo a preservar as partes envolvidas de quaisquer implicações existentes na legislação e do uso indevido de dados pessoais.

Sugerimos ainda a realização de um estudo sobre o impacto da utilização do CAR como pré-requisito nas emissões da GTA, podendo utilizar o Pará como um caso prático.

APÊNDICE

► Regularização fundiária

Fundamental para o processo de validação do CAR, a regularização fundiária é necessária não apenas para os casos de estabelecimentos rurais sem matrícula registrada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas também para aqueles que precisam ter seus processos de desapropriação e indenização realizados.

► Validação do Cadastro Ambiental Rural

Foi consenso entre os associados a necessidade e a urgência na validação do CAR pelas Secretarias de Meio Ambiente das Unidades Federativas, especialmente na região Norte do país, principal região de abrangência do bioma Amazônia.

No caso da pecuária, a validação do CAR trará aos produtores informações quanto ao status de suas propriedades com relação à cobertura vegetal, áreas de preservação permanente e a disponibilidade de área para produção. Além disso, a validação do CAR vai propiciar a real dimensão do desmatamento ilegal nos diferentes biomas brasileiros, independente da atividade agropecuária implantada. Dessa maneira, a atuação do Estado será baseada em informações concretas obtidas pelo cruzamento dos dados do CAR validado com as imagens coletadas pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes). Assim, após a validação do CAR pelo órgão estadual, gestor do Cadastro, o produtor rural estará apto a dar prosseguimento à implementação do Código Florestal, com a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Assim, se possuir algum passivo ambiental deverá proceder sua recuperação, e se possuir ativo ambiental, poderá entrar em algum mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), conforme preconizado em lei.

► Destinação das áreas devolutas da União

Metade do desmatamento, identificado pelo DETER/INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em 2020 no bioma Amazônia, encontra-se em terras públicas, também conhecidas como terras devolutas da União. Ou seja, o Governo Federal é o responsável pela manutenção, vigilância e integridade de tais áreas, porém, não consegue realizar tais atribuições por inúmeros motivos, dentre eles a dimensão do território do bioma.

► Adoção de práticas de sustentabilidade e mensuração

Outro item discutido entre os associados foi a adoção de práticas relacionadas à sustentabilidade da pecuária e a necessidade de difusão dessas práticas para o maior número de propriedades. Iniciativas como os selos de sustentabilidade Carne Sustentável do Pantanal (indicação geográfica em andamento), Carne Carbono Neutro, Angus Sustentabilidade e Produção Sustentável de Bezerros, promovem em diferentes graus a adoção de processos internos nas fazendas que promovem o uso harmônico do sistema produtivo e do meio ambiente.

O Guia de Indicadores de Pecuária Sustentável (GIPS), iniciativa do GTPS, é um instrumento de gestão e mensuração para a pecuária, apontando quais indicadores devem ser melhorados e como, com base na legislação brasileira, no manual de práticas e em princípios globais de sustentabilidade. Até dezembro de 2022, foram aplicados mais de 1.300 GIPS em todos os biomas brasileiros, representando mais 1,4 milhões de cabeças em 18 Estados e no DF.